

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO NOS DISCURSOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS, NOS DISCURSOS LITERÁRIOS E NOS DISCURSOS SOCIAIS NÃO LITERÁRIOS.

María Aparecida BARBOSA¹

RESUMO: Este trabalho propõe-se a examinar aspectos importantes dos níveis conceptual, lexemático e terminológico do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação. O estudo das estruturas e funções das unidades-padrão do plano cognitivo e do plano semiótico tem grande relevância, no âmbito das pesquisas lexicológicas, semânticas e terminológicas. São analisadas, aqui, de um lado, a complexidade estrutural e funcional dos constructos do primeiro nível — arquiconceito, metaconceito, metametaconceito, com vistas à proposição de uma tipologia de campos conceituais; de outro, são examinadas diferenças conceituais e metodológicas entre conceito e definição, enquanto subsídios para a metodologia de configuração de traços semântico-conceituais de um conceito.

PALAVRAS CHAVE: Arquiconceito, Conceito; Metaconceito, Semântica Cognitiva, Semântica Lexical.

RESUMÉ: Ce travail se propose d'examiner quelques aspects des niveaux conceptuel, lexématique et terminologique du parcours génératif de l'énonciation de l'encodage et du decodage. L'étude des structures et des fonctions des unités-standard du plan cognitif et du plan sémiotique est très important, dans le cadre des recherches lexicologiques, sémantiques et terminologiques. On analyse ici, d'un côté, la complexité structurale et fonctionnelle des formations du premier niveau — archiconcept, méta-concept, méta-méta-concept, ayant en vue la proposition d'une typologie des champs conceptuels; d'un autre côté, on examine encore des différences conceptuelles et méthodologiques caractérisant le concept et la définition, de manière à obtenir des éléments pour la proposition d'une méthodologie permettant de formaliser les traits sémantico-conceptuels d'un concept donné.

MOTS-CLÉS Archi-concept; Concept; Méta-concept; Sémantique Cognitive; Sémantique Lexicale.

A articulação entre a semântica cognitiva e a semântica linguística tornou-se um dos paradigmas das ciências da linguagem, em sua fase pós-moderna. Acreditamos, pois, da maior importância o desenvolvimento de modelos que possibilitem analisar e descrever

1 Universidade de São Paulo

o patamar da *cognição* e suas relações com o patamar da *semiotização* linguística, especificamente, neste artigo, com o da *terminologização* (Barbosa, 1998a: 25-44).

Assim, nós nos propusemos, neste trabalho, a examinar aspectos importantes dos níveis conceitual, lexemático e terminológico do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação. Analisamos, aqui, de um lado, as complexidades estruturais funcionais dos *constructos* de primeiro nível — *arquiconceito*, *metaconceito*, *metametaconceito* —; de outro, examinamos diferenças conceituais e metodológicas entre os processos de conceituar e de definir, de modo a obter subsídios, para uma metodologia de configuração dos traços semântico-conceituais de um *conceito*. Isso torna possível, ainda, a caracterização de diferentes tipos de contextos, discursos manifestados em que são engendrados conceitos, por distintos processos. Tais contextos constituem as principais fontes de que são extraídos os correspondentes traços semântico-conceituais. Com efeito, é na instância discursiva que se produz a *cognição* e a *semiose*, instaura-se a *conceptualização* de um fato', engendra-se um *conceito* e sua manifestação linguística. É no discurso manifestado, pois, que se presentificam os traços conceituais, num procedimento de codificação e é dele que se extraem, num procedimento de investigação, esses mesmos traços.

1. Conceptualização e percurso gerativo da enunciação

Os termos *conceituar* e *definir*, *conceito* e *definição*, não raras vezes, são indevidamente empregados, uns pelos outros e, até mesmo, considerados equivalentes. Essa relação de equivalência, entretanto, não se justifica, eis que são grandezas que têm qualidades conceituais específicas, constituindo, inclusive, unidades-padrão e processos de distintos níveis do percurso gerativo da enunciação de codificação e decodificação (Pais, 1993: 562-578).

De fato, esse percurso inicia-se com a percepção dos 'fatos naturais', que são substâncias estruturáveis, enquanto informação potencial, para os homens, mas que se convertem em substâncias estruturadas, quando apreendidas pelos grupos linguísticos e socioculturais, de diferentes maneiras, embora mantenham um núcleo de percepção biológica universal. Esse primeiro momento, da *percepção*, desencadeia um segundo momento, o de início do processo de *conceptualização*, ou da passagem da *percepção* à *conceptualização*. Esta compreende, por sua vez, nesse estágio, três tipos de atributos semânticos: o das *latências*, em que os fatos observáveis têm os seus traços identificadores em estado potencial, enquanto substâncias de conteúdo (Hjelmslev, 1975: 53-64) estruturáveis, apreensíveis; o das *saliências*, em que certas características dos fatos se destacam por si mesmas, na semiótica natural; e o das *pregnâncias*, em que o *sujeito enunciados individual e/ou coletivo* seleciona e escolhe os traços que irão configurar o conceito que

têm do fato em questão (Pottier, 1992: 61-69). O terceiro momento, em que se conclui o processo de *conceptualização* (Pais, 1993: 569-578), é o da produção dos modelos mentais, dos *conceptus* (Rastier, 1991: 73-114), noções ou conjuntos noêmicos — traços semânticos conceptuais —, a que correspondem, por seu turno, os recortes culturais, os recortes construídos, em última análise, os *designata*.

Esses três momentos — da percepção, do início e do fim da conceptualização — constituem, assim, o próprio *percurso da cognição*, entendido como a apreensão e construção de uma ‘visão de mundo’.

Para Cabré (1993: 94-96),

[...] la relación referente-concepto — uno de los ejes cuyo estudio presenta mayor dificultad científica, ya que solo es abordable a partir de hipótesis y comprobaciones empíricas indirectas: supone describir de qué modo los individuos conocen la realidad, cómo la perciben y cómo la conceptualizan. Esta relación es todavía hoy un tema muy controvertido. La polémica sobre si la realidad existe por si misma de forma objetiva, o si por el contrario existe solo a través de la percepción, no está todavía lo suficiente resuelta. Lo cierto es que los individuos aprehender la realidad mediante los distintos subsistemas de cognición, y en consecuencia se comportan de acuerdo con esta aprehensión (por ejemplo, evitan lo que consideran peligro, eligen los alimentos que les gustan, se orientan en un determinado espacio, etc.). Paralelamente, utilizar los sistemas expresivos, entre los que el lenguaje ocupa el lugar más importante, para aludir a esa realidad (...). La cognición es el resultado de un proceso psíquico que conduce al conocimiento. El problema de cómo el pensamiento humano comprende los objetos, y por abstracción, construye los conceptos, se encuentra en la misma base de la teoría terminológica. La cognición es un proceso mental que consiste en aprehender la realidad. Una teoría cognitiva de la terminología debería ser capaz de explicar tres cuestiones básicas sobre el conocimiento relacionadas entre sí; a) cómo los individuos conceptualizan la realidad y estructuran el conocimiento; b) qué son los conceptos, cómo se establecen, cómo se interrelacionan y cómo se ordenan en la estructura del conocimiento; c) cómo se relacionan los conceptos y los términos”.

2. Lexemização, atualização, semiose

O quarto momento do percurso gerativo da enunciação de codificação é, pois, o da *lexemização* e da *terminologização*, ou seja, corresponde à conversão do *conceito* em *grandeza-signo*, em que se deixa o nível *cognitivo*, para se passar ao nível semiótico propriamente dito. A lexemização é aqui entendida como “*la mise en lexème*”, e terminologização como “*la mise en terme*”, ou seja, a configuração do *conceito* em *grandeza-signo*, no

próprio ato de instaurar a significação. Dessa forma, o metassistema conceptual, o mesmo para todas as semióticas- objeto de uma cultura, produz conjuntos de semas conceptuais que desempenham o papel de matrizes sígnicas, para os diferentes sistemas semióticos de uma mesma cultura, de uma macrossemiótica, em suma, por meio dos processos de *semiologização, lexemização, terminologização e semiotização*. Nessas condições, de acordo com Pais (1993: 188), os *conceptus* ou *lexes* devem ser considerados como *lexias* em potencial, configurando-se como ponto de partida do processo de *lexemização* e de *terminologização*. Nessa perspectiva, o *metassistema lexemático*, ou *terminológico*, conjunto das *lexias* com suas expressões e conteúdos (*sobressememas* ou *sememas polissêmicos*), sua rede de relações, constitui, por sua vez, uma instância de competência que precede e autoriza a *atualização* da *lexia* num discurso concretamente realizado.

Nesse quinto momento, da contextualização, tem-se um *epissemema* (simultaneamente, com a redução dos semas do sobressemema, ou seja, a seleção, determinada por uma situação de discurso e de enunciação e o acréscimo de semas do contexto, na combinatória sintagmática), de que resulta a *semiose*.

Como se verifica, a grandeza *conceito* situa-se num nível pré-linguístico, ou, mais exatamente, pré-semiótico de *designação*, podendo mesmo existir sem a respectiva *denominação*, já que se pode ter a percepção e o conhecimento de um fato, sem se possuir, ainda, a sua respectiva denominação. De fato, os *conceitos* mantêm diferentes tipos de relações com as *denominações*: há, como dissemos, *conceitos* sem *denominações*, há *conceitos* com apenas uma *denominação*, há *conceitos* com duas ou mais denominações, como também é possível que uma mesma *denominação* comporte dois ou mais *conceitos*. Cumpre observar, com Cabré (1993: 172), que a vertente formal da unidade terminológica recebe em terminologia o nome de *denominação* (e também o de *termo*) e que, ainda que o termo *termo* se preste propriamente para designar a unidade terminológica completa (o conjunto formado pela denominação e pelo conceito), também se utiliza como sinônimo de *denominação*.

Esse ciclo prossegue, então, com o *fazer interpretativo* do *sujeito enunciatário*, a que se seguem a recuperação e a armazenagem da informação, que desencadeiam, por sua vez, um subsequente processo de *conceptualização*.

3. Conceituar e definir

Considerando esse percurso, Pottier (1981: 59) mostra a necessidade de, pelo menos, *quatro níveis de análise*:

a) *nível referencial*, do mundo real ou imaginário (objetos, sonhos, memória do discurso de outrem, foto...);

b) *nível conceptual*, de apreensão mental, da representação construída a partir do referencial, ao mesmo tempo tributária dos hábitos sociais e das necessidades criativas individuais;

c) *nível da língua natural*, da competência linguística em seu conjunto;

d) *nível do texto* produzido, resultado de diversos componentes (linguístico, cognitivo, contextual, situacional, intencional), em correlação possível com outros sistemas semióticos (gestos, proxêmica, ilustrações...).

Nessa perspectiva, a *ontologia* é a disciplina que trata do primeiro nível, ou seja, dos ‘objetos’, de suas características, organização e rede no universo natural; a *conceptologia*, no âmbito da lógica, ocupa-se da natureza dos conceitos, de sua representação e das relações que se estabelecem entre eles; a *noêmica* se define, então, como o estudo dos elementos conceituais e de suas relações, considerados como instrumentos necessários, para descrever o funcionamento da semântica de base das línguas naturais. Interessam-nos, aqui, desse ponto de vista, a *conceptologia* e a *noêmica*.

Uma vez definidos esses *níveis* de *codificação* e de *análise*, parece possível delimitar com maior rigor as grandezas *conceito/definição*, os processos de conceituar/definir.

Se o *conceito*, como vimos, estabelece-se num nível pré-linguístico, a *definição* resulta de uma análise e descrição de grandezas sógnicas, situando-se, pois, no nível semiótico, pelo menos no que diz respeito ao seu ponto de partida. Com efeito, o *conceito* é o resultado de uma *interpretação* de fatos naturais e/ou culturais, enquanto a *definição* é o resultado de uma interpretação de unidades lexicais. *Conceituar* é o processo de construção de um modelo mental que corresponde a um recorte cultural e, em seguida, de escolha/engendramento da estrutura léxica que pode manifestá-lo de maneira mais eficaz. Tal processo tem como ponto de partida o universo natural. *Definir* é o processo de analisar e descrever o *semema linguístico*, para reconstruir o modelo mental: o seu ponto de partida é a estrutura linguística manifestada.

É interessante ressaltar que o percurso gerativo é realizado não somente pelo sujeito enunciador que cria um vocábulo e/ou termo novo, mas também por esse sujeito, ao reutilizar vocábulos e/ou termos pré-existentes, em qualquer situação de atividade linguística. A cada ato de fala, há uma reorganização do sistema lingüístico e do metassistema conceptual. Segundo Cabré (1993: 100), a maioria dos conceitos não tem fronteiras rigidamente esta-

belecionadas, mas limites aproximados e difusos. Com a normalização, os conceitos passam a definir artificialmente seus limites. Configura-se, assim, o caráter instável e dinâmico do nível cognitivo, de forma que a estrutura do conhecimento pode mudar fundamentalmente por duas causas: seja porque aparece um novo eixo, levando todos os *conceitos* anteriores a redefinir-se em função dessa nova dimensão; seja porque surge uma nova forma de ver as coisas, de sorte que os *conceitos* pré-existentes não mudam de eixo, mas mudam de posição no seu eixo.

Observe-se que os atos de conceituar, ou de engendrar um discurso manifestado qualquer — são processos *onomasiológicos* — tornam como ponto de partida o continuar amorfo dos dados da experiência, passam pelo nível noêmico e chegam ao nível lexemático, que vai do fato ao nome, e cujo produto é a *denominação*. É o percurso do *fazer persuasivo* do *sujeito de enunciação de codificação*, desencadeado por quem fala, quem escreve. Esse sujeito de enunciação de codificação, tendo uma intenção de comunicação de determinado esquema lógico-conceptual, pode selecionar diferentes formas linguísticas, suscetíveis de representá-la, para engendrar o seu discurso enfim manifestado. Essa escolha integra o processo de modalização do discurso, enquanto competência e desempenho do *sujeito enunciador*. Desse percurso resultam *conceitos*, seus representantes semiotizados — grandezas-signos — e, em etapas posteriores, presentificados em discursos manifestados.

É importante ressaltar que existem diferentes tipos de campos conceituais e de campos lexicais, bem como diferentes tipos de relações que se estabelecem entre os elementos do conjunto dos primeiros e os do conjunto dos últimos, e que há diferenças nocionais e estruturais entre campo conceitual, campo lexical, campo semântico e respectivas unidades-padrão: *conceito*, *lexemas/vocábulos/termos*, *sememas*.

Essa questão insere-se, como vimos nos itens anteriores, no modelo do percurso gerativo de enunciação de codificação e de decodificação, pois cada um daqueles campos situa-se em diferentes patamares desse percurso: o *campo conceptual*, conjunto de *conceitos* é resultado do processo de *conceptualização* do ‘saber sobre o mundo’ — pré-linguístico, pré-semiótico, transsemiótico; o *campo lexical*, conjunto de *lexemas, lexias, vocábulos/termos* que têm um núcleo sêmico comum e resulta do processo de *lexemização* — conversão da informação conceptualizada em significação linguística; o *campo semântico*, em uma de suas acepções, constitui um conjunto de *sememas* e resulta da intersecção do significado das unidades lexicais de um *campo lexical*. As relações existentes entre os três campos não são simétricas, visto que um campo lexical pressupõe e contém, necessariamente os seus correspondentes campo conceptual e campo semântico; entretanto, um campo conceptual pode não ter, ainda, os campos lexicais e semânticos que lhes corresponderiam. Constituem,

pois, *constructos* não confundíveis, na medida em que pertencem a níveis de articulação e de análise distintos (Barbosa, 1999: 29-52). Desses três tipos de campos, apresentaremos, aqui, apenas a organização do campo conceptual.

4. Estruturação do patamar conceitual

Um *conceito*, em sentido amplo, constitui, conforme expusemos acima, um ‘modelo mental’, *conceptus* (Rastier, 1991: 73-114), dialeticamente articulado a um recorte cultural ou *designatum*. É um conjunto de traços semânticos *conceituais* que, em nossa concepção, apresenta grande complexidade estrutural, um subconjunto de noemas (Pottier, 1992: 81-69), biofísicos ou ‘universais’, *conceito scripto sensu*; um subconjunto de traços semânticos *conceituais* ideológicos, culturais, *metaconceito*; um subconjunto de traços semânticos *conceituais* ideológicos, intencionais, modalizadores, *metametaconceito*. Neste último, o noema [intenção] é o mais importante, por oposição ao [ideológico] do subconjunto anterior, não tão marcado como o [intencional]. Esses três subconjuntos formam o *conceito lato sensu* (Barbosa. 2000: 95-120).

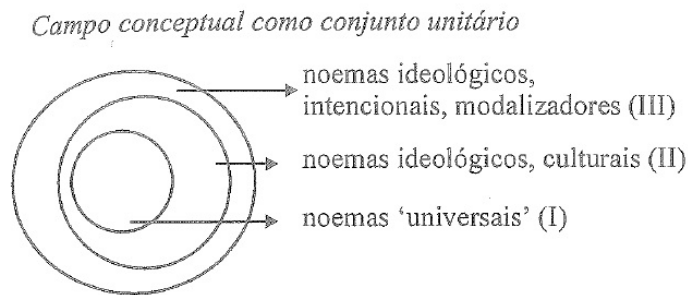


FIGURA 1

Julgamos importante ressaltar que, ao engendrar-se um *conceito*, geram-se, simultânea e necessariamente, três outros *conceitos*: seu *contrário* e os *contraditórios* decorrentes, já que o raciocínio do homem funciona por oposições, dentre as quais, relações entre contrários e contraditórios.

Desse modo, ao criar-se o *conceito*, por exemplo, concomitantemente engendra-se o seu contrário, <<mal>>, e seus respectivos contraditórios << ~ bem>> e << ~ mal>>:

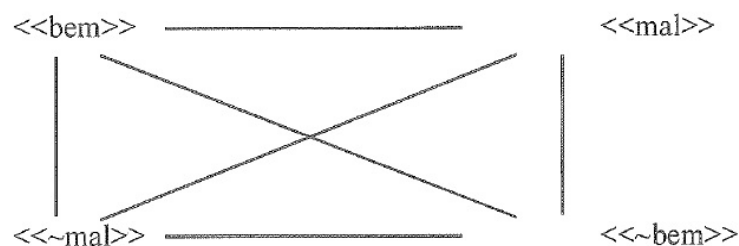


FIGURA 2

Essas relações ‘necessárias’ e ‘não-eventuais’ nos autorizam a conceber o processo da *intertextualidade lato sensu* como iniciando-se já no patamar conceptual do percurso gerativo da enunciação, pois um *conceito* liga-se necessariamente a outro *conceito*, constituindo um microssistema conceptual.

Assim, um *conceito lato sensu* é um campo conceptual, já que, implicitamente contém esses três outros *conceitos*. Chamaremos esse caso de *campo conceptual unitário pleno*, por oposição ao *campo conceptual unitário vazio* (\emptyset), o que contém conceitos virtuais ainda não engendrados.

Diferente é a organização do *campo conceptual conjunto múltiplo*, que contém vários *conceitos lato sensu* explicitados, com um núcleo sêmico comum, apresentando, cada um deles, implicitamente, seus *conceitos contrários e contraditórios*.

E tomando o subconjunto de noemas ‘universais’, que aqui denominamos *conceito stricto sensu*, numa outra perspectiva — a da análise contrastiva, entre grupos socioculturais diferentes, e a da análise comparativa entre subgrupos de uma mesma cultura —, chegamos à noção de *arquiconceito*, resultante da neutralização da oposição existente entre concepções diferentes de um mesmo ‘fato’.

O conjunto de traços semânticos conceptuais de natureza ‘universal’ corresponde a um *arquiconceito* (Béjoint e Thoiron, 1996: 512-526), já que neutraliza as diferenças conceptuais entre línguas diferentes. O *arquiconceito* estaria relacionado ao *protótipo* (Dubois, 1991) e à intersecção do *sentido recortado culturalmente* ou *formado* (Hjelmslev, 1975: 53-64) Sustenta e viabiliza os processos de *tradutibilidade interlinguística e intersemiótica*.

Se compararmos o recorte conceptual de um ‘fato’ natural, de uma **língua A** e de uma **língua B**, diremos que os traços comuns constituem o seu *arquiconceito*, que denominaremos *arquiconceito*₁. Logo:

$arquiconceito_1 \subset conceito_1$ de língua A;

$arquiconceito_1 \subset conceito_1$ de língua B.

Segundo Béjoint e Thoiron,

“l’archi-concept est vu ici comme une entité abstraite dont le statut, au plan philosophique, ne nous concerne pas. On r’e-connaîtra seulement que l’archi-concept est en correspondance dans les diverses cultures, avec divers concepts. Le degré de similitude entre concepts, dits ici homologues, n’est pas préjugé (i. e. ni sour-estimé ni décrété a priori); il peut être grand ou faible (...) ceci permet de reconstruire, pour chacune de ces langues, un embryon de concept. La réunion de ces ensembles embryonnaires de traits conceptuels constituerait l’embrion d’un archi-concept... ’ (1996: 516- 617).

A última parte da citação nos remete inclusive ao processo de passagem do sentido amorfo, estruturável, ao sentido formado, estruturado (Hjelmslev, 1975: 53-64), porém comum, *mutatis mutandis*.

Diríamos, pois, que o processo de conceptualização, como percurso, é muito mais complexo do que a passagem do sentido amorfo para o ‘sentido formado’ tal como o explica Hjelmslev. Há etapas teóricas constitutivas do processo de conceptualização, entre um e outro. Com efeito, na passagem do patamar da percepção ao da conceptualização, há, como vimos, três estágios de atributos semânticos: as *latências* atributos semânticos possíveis dos ‘objetos’ e ‘processos’ da semiótica natural; as *saliências*, ou atributos que se destacam, na estrutura, funcionamento e hierarquia dos fatos naturais (“o perceber”), as *pregnâncias*, (“o conceber”), por sua vez, constituem o resultado da atividade do homem, das *escolhas* que faz na *apreensão* daqueles fatos’ (Pais, 1999: 13-50).



FIGURA 3

Assim, entre o sentido estruturável e o sentido estruturado, há a formação de um protótipo conceptual biofísico, núcleo noêmico comum a todas as culturas, que corresponderia ao *arquiconceito*, ou *conceito stricto sensu*, primeiro nível de “formação”, resultante das *latências* e *saliências*. Entretanto, no processo de *pregnâncias*, começam a ficar visíveis os noemas culturais, específicos de cada cultura, correspondentes ao *metaconceito*, segundo nível de “formação” e, no interior de uma mesma cultura, os discursos ‘políticos’ eufóricos ou disfóricos sobre o mesmo fato engendram o *metametaconceito*, subconjunto dos traços semântico-conceptuais modalizadores.

Parece-nos que a noção de *arquiconceito* é fundamental, quando da análise contrastiva de línguas e culturas e, também, no âmbito da mesma língua e cultura, no exame da *variação conceptual* do mesmo ‘fato’: assegura o rigor do estudo da variabilidade e das identidades conceptuais do mesmo ‘fato’, interculturais e intergrupos. Cremos que essa noção de *arquiconceito* completa as formalizações já existentes, que descrevem as estruturas do patamar cognitivo. É de se ressaltar, ainda, o isomorfismo, ou identidade formal entre os processos de neutralização fonológica, morfológica, lexical, semântica, conceptual, mesmo textual e seus respectivos produtos: *arquifonema*, *arquimorfema*, *arquilexema*, *arquissistema*, *arquiconceito*, *arquitexto*, este último (Rastier, 2000: 445-470), resultado da neutralização das diferenças existentes entre textos implicados num processo de intertextualidade.

As reflexões acima nos autorizam a propor uma tipologia de campos conceptuais (Barbosa, 2000: 95-120), segundo o critério do número de elementos, da qualidade e quantidade de elementos que contêm: campo conceptual como conjunto unitário, campo conceitual como conjunto vazio, campo conceptual como conjunto múltiplo, este último,

por sua vez, constitutivo de quatro tipos: o dos co-hipônimos da ‘semiótica natural’, o dos co-hipônimos culturais, o dos co-hipônimos modalizadores e o dos parassinônimos.

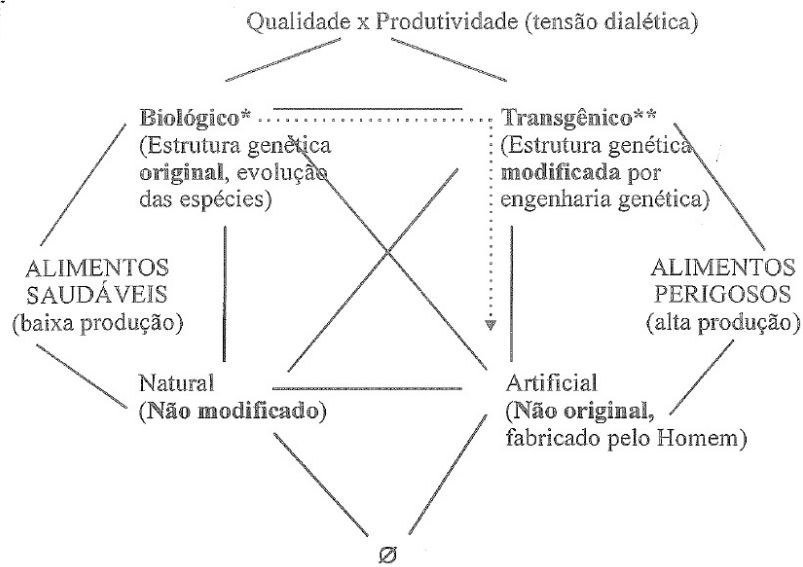
5. Um modelo de engendramento e estruturação de um conceito lato sensu

À guisa de ilustração, apresentamos a formação do *conceito* de *transgênico*, na cultura brasileira. *Transgênico* é um termo técnico de grande atualidade e, como adjetivo, serve para qualificar seres biológicos, modificados, em sua estrutura genética, através de tecnologias desenvolvidas pela engenharia genética. No seu núcleo sêmico conceptual, temos os semas conceptuais [+ser vivo], [+biologia], (+genética), [+estrutura], [+engenharia], [+tecnologia], [+mutação]. Aplica-se, preferencialmente, à produção de alimentos. Os atributos semêmicos e semântico-conceptuais, nesse nível, configurariam a intersecção de todos os seres vivos e produtos *transgênicos*, no nível biológico e técnico, ou seja, o seu *arquiconceito*.

Contudo, essa inovação nas técnicas de produção e, conseqüentemente, nos hábitos de consumo, desencadeou, em nível mundial, e, particularmente, em nosso país, ampla discussão. De um lado, temos os áulicos da ‘modernidade’ que defendem a produção e consumo de alimentos *transgênicos*, acentuando os semas conceptuais [+modernidade], [+produtividade], [+fatura], [-preço]. De outro lado, temos biólogos, médicos e ecologistas, dentre outros, que apontam possíveis perigos da inovação e que realçam, por seu lado, os semas [+ser vivo], [+biologia], [+alimento], [+natural], [+saudável], [+seguro], [+preservação], [+meio ambiente], [+tradição] dos produtos alimentícios naturais, correspondentes, no nível cognitivo, ao *metaconceito*.

A questão envolve problemas políticos, econômicos e sociais relevantes. Sucedem-se discursos favoráveis ou contrários, em tom sereno ou veemente, que compreendem semas conceptuais intencionais, modalizadores, manipulatórios, como, por exemplo, a oposição [+modernidade] / [+preservação], [+lucro] / [+saúde pública], dentre outros, correspondentes, por sua vez, no nível cognitivo ou hiperprofundo, aos conjuntos semântico-conceptuais dos *metametaconceitos*.

Na análise dos discursos sobre essa temática, é possível detectar, no patamar da semântica profunda — do percurso gerativo da enunciação de codificação e decodificação (Pais, 1998: 271-311) — as tensões e conflitos em jogo, de modo a formalizar os microsistemas de valores subjacentes a esses discursos. Num modelo semiótico dialético, temos, em semântica profunda:



Termo neutro, nem natural, nem artificial (fora do sistema)

* BIOFATO ** BIOMANUFATO

FIGURA 4

Biológico implica *natural*, *transgênico* implica *artificial*. *Biológico x transgênico* coexistem e sustentam-se numa tensão dialética, na época atual. Um percurso dialético possível desse modelo semiótico seria: a partir do biológico, a engenharia genética cria um *transgênico*, que implica um *artificial*, *não-natural*. A combinação *biológico x natural* constitui a dêixis positiva *alimentos saudáveis*; uma combinação *transgênico x artificial* constitui a dêixis negativa *alimentos perigosos*. Os percursos dialéticos através dos eixos dos contrários, contraditórios e subcontrários, assim como seu ponto de partida variam conforme as posições políticas e/ou ideológicas assumidas pelos sujeitos enunciadorems em seus discursos.

Assim, tomando por base as unidades léxicas, *designationes*, que se manifestam em seus discursos, os semas que integram seus sememas linguísticos, torna-se possível reconstituir o percurso do nível cognitivo ao nível semiótico, ou, noutras palavras, a passagem da conceptualização à lexemização, do *conceito* à *denominação*. Temos, então, uma reconstrução do *conceito* <<transgênico>> e seus correspondentes *metaconceito* e *metametaconceito*.

Preliminarmente, retomamos o esquema inicial do *conceito lato sensu*, aplicando-o ao *conceito* <<transgênico>>

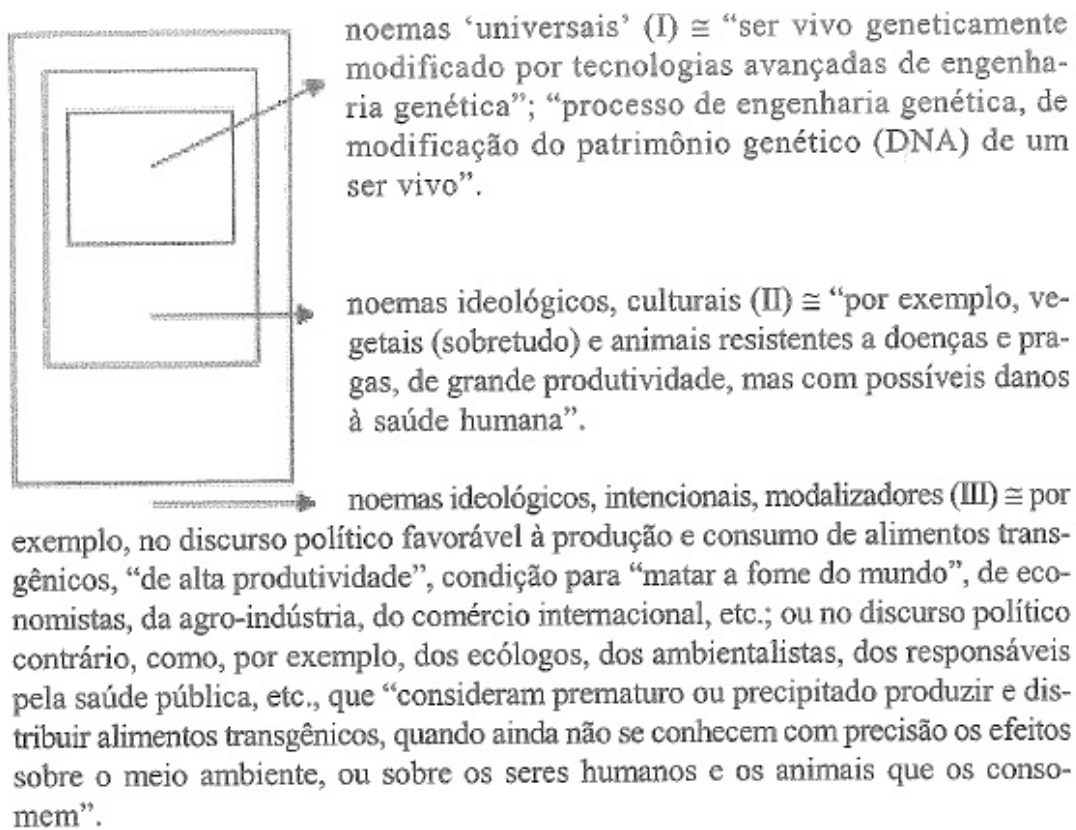
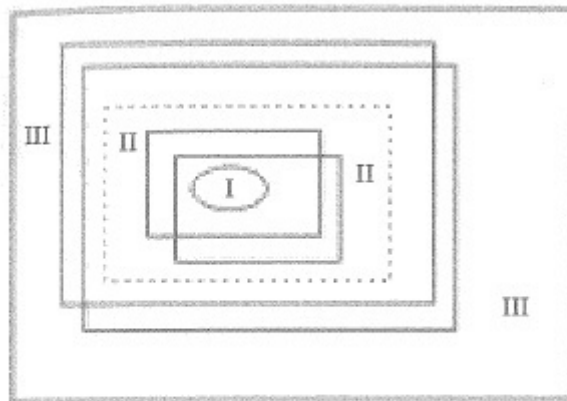


FIGURA 5

É possível aplicar o modelo geral acima apresentado ao conceito lato sensu <<transgênico>>, de modo a construir uma formalização mais rigorosa do campo conceptual como conjunto unitário: <<transgênico>>, apresentando sua estruturação e as relações que se estabelecem no interior do conceito lato sensu <<transgênico>> e os subconjuntos de traços semântico-conceptuais, ou seja, os metaconceitos e os metametaconceitos que o compõem. Temos, assim:



onde:

Zonas de consensos

Zona do embate

I = {[+biológico], [+estrutura genética], [+tecnologia], [+mutação]} ≅ *arquiconceito* <<transgênico>>
 ≅ conjunto de traços 'universais'

II = {[+tecnologia], [+avanço], [+produtividade], [+inovação], [+artificial]} ≅ *metaconceito*
 ≅ conjunto de traços ideológicos, culturais.

III-1 = {[+modernidade], [+fatura], [+economia], [-preço],
 ≅ conjunto de traços intencionais, modalizadores
 (do discurso favorável), *metametaconceito* 1

III-2 = {[+risos], [-preservação], [-meio ambiente],
 [-tradição], [-natural]} *metametaconceito* 2
 ≅ conjunto de traços intencionais, modalizadores,
 manipulatórios (do discurso contrário).

e onde: <<...>> = conceito e [...] = traço semântico conceptual

FIGURA 6

Observemos que o subconjunto de traços semântico-conceituais da Zona I, 'universais', definem o *arquiconceito* como um *consenso*, relativo a aspectos da semiótica natural e da modificação, pelo homem, da semiótica natural, um "saber sobre o mundo" compartilhado pela comunidade.

Da mesma forma, os subconjuntos de traços semântico-conceituais, ideológicos, culturais, da Zona II, constitutivos de *metaconceito*, definem certos *consensos culturais*, outra faceta do "saber sobre o mundo" compartilhado pela mesma comunidade, mas diferentes de comunidade para comunidade.

Enfim, a Zona III se divide em dois subconjuntos de traços semântico-conceituais, que constituem, respectivamente, o *metametaconceito*₁ e o *metametaconceito*₂, enquanto

conjuntos de traços intencionais, modalizadores, manipulatórios (dos discursos favorável e contrário).

Temos, então, a Zona III como *a zona do embate, do confronto*, particularmente no discurso político, mas também nos discursos científico, tecnológico, econômico, etc.

Por outro lado, retornando o modelo semiótico e o modelo conceptual acima construído, podemos opor <<+biológico>> (≅ “estrutura genética. original, resultado da evolução das espécies”) e <<transgênico>> (≅ “estrutura genética modificada, por tecnologias da engenharia genética”), a que correspondem, respectivamente, como vimos, os *conceitos* <<artificial>> e <<natural>>, como também os termos que os manifestam.

O artigo publicado na *Gazeta Mercantil* (Pereira e Aliski, 4/09/2000: A-12) ilustra a *zona de embate*:

O Governo tem pressa para esclarecer as dúvidas que envolvem os organismos geneticamente modificados. Para isso, promove encontros com a mídia especializada e realiza palestras sobre biossegurança. A iniciativa coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia busca dois objetivos; mostrar que o País tem uma legislação avançada sobre o assunto e que os técnicos brasileiros são capazes de distinguir o que faz bem à saúde do consumidor (...).

O governo brasileiro está convencido de que precisa passar, urgentemente, um rolo compressor nas dúvidas sobre os organismos geneticamente modificados (OGMs) no País. Começou a sua parte na semana passada. O Ministério da Ciência e Tecnologia armou um encontro entre o comando da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e profissionais de mídia e interessados na divulgação do tema transgênicos para ensinar a relevância do jornalismo científico no mundo moderno.

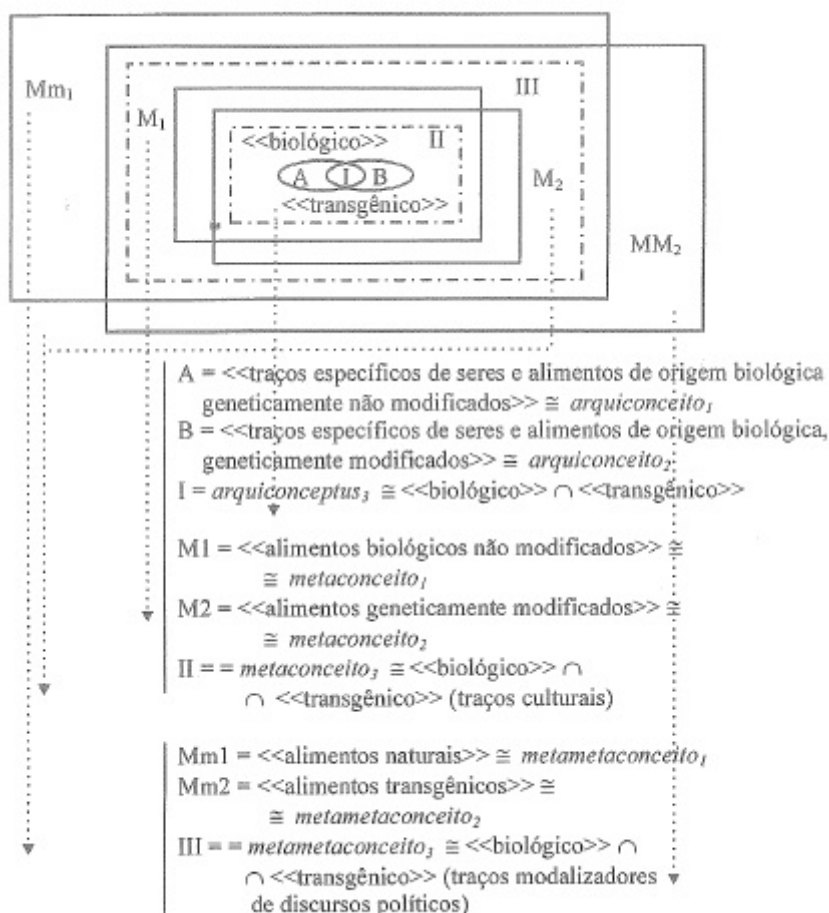
Juntou técnicos renomados, todos membros da CTNBio, para palestra sobre biossegurança.

“Estamos plenamente conscientes da necessidade de incorporar a informação científica ao cotidiano de nossa população, utilizando os meios de comunicação coletiva, impressos ou eletrônicos”, disse Esper C. Cavalheiro, secretário de Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia, representante do ministro da pasta, Ronaldo Sardenberg, na abertura do encontro. A discussão sobre biossegurança envolve, há quase uma década, três corporações científicas, investidores e consumidores. Elas aparecem na composição da CTNBio, criada pelo governo em 1995. A maioria é cientista — por princípio, defensores da pesquisa. São ligados ao governo pelo cordão umbilical de institutos de pesquisa e universidades estaduais e federais. Os representantes das

gigantes Novartis e Monsanto, presentes na CTNBio, carregam posições óbvias. O maior esforço da equipe nesta ofensiva de divulgação dos transgênicos é para filmar duas coisas; que o País tem legislação avançada neste assunto e que os técnicos brasileiros têm capacidade profissional para discernir sobre o que faz e o que não faz mal à saúde do consumidor. Os consumidores, a parte que ainda falta ser convencida, contam com dois representantes, uma funcionária pública do governo do Pará e um advogado do Mato Grosso do Sul. Na próxima semana, o Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia volta ao tema, numa parceria com a Fundação Konrad Adenauer de São Paulo. Serão dois dias, 14 e 15, de debates sobre desenvolvimento e ética na biotecnologia. Enquanto isso vem sendo adiada a divulgação da portaria de regulamentação da rotulagem de produtos com OGMs.

Quanto ao tipo de relação que se estabelece entre *alimentos naturais* x *alimentos transgênicos*, podemos dizer que são *co-hipônimos da semiótica natural e cultural*:

Alimentos naturais x alimentos transgênicos *como co-hipônimos da semiótica natural e cultural*:



Ou, se preferirmos, de maneira mais específica, a formalização abaixo, que apresenta uma amostra não exaustiva, mas, apenas, ilustrativa dos traços semântico-conceptuais extraídos de discursos favoráveis ou contrários aos alimentos transgênicos:

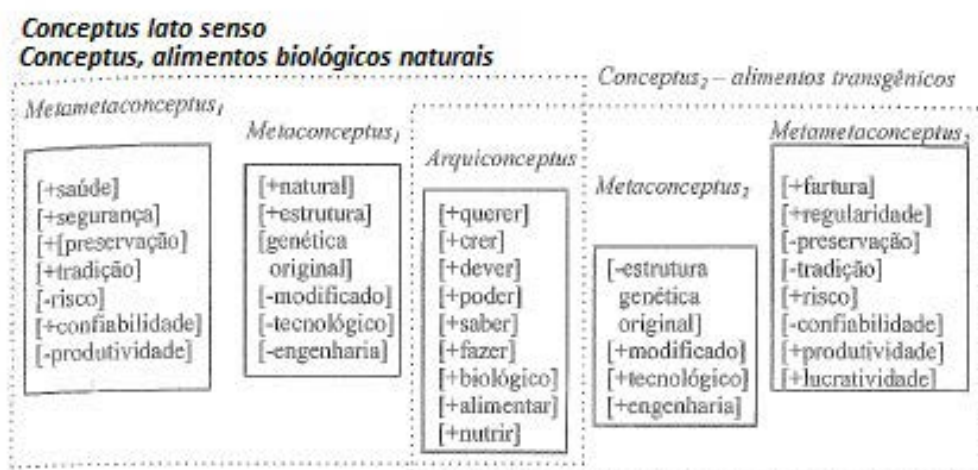


Figura 8: <<biológico>> x <<transgênico>>, no nível da semântica cognitiva

5.1 O texto *in statu nascendi*

É de se ressaltar que não somente se tem uma configuração conceptual cada vez mais nítida e precisa de <<transgênico>>, correspondente ao termo *transgênico*, como também começa a se constituir um *campo lexical/terminológico*, progressivamente mais rico em unidades lexicais. No momento, cabe citar *seres transgênicos*, *organismos geneticamente modificados* (OGMs), dentre outros, que surgem como parassinônimos nessa linguagem de especialidade. (Barbosa, 1998b: 385-405).

5.2. A transposição de conceitos/termos de uma para outra área de especialidade

Os sistemas de significação verbais e não-verbais são pancrônicos por natureza, uma vez que acompanham a dinâmica dos processos sociais e culturais, de que são geradores e reflexo. As abordagens diacrônica, sincrônica e pancrônica, quando de sua análise e descrição, variam conforme as diferentes correntes e concepções de língua que se sucederam no processo histórico das ciências da linguagem.

Na linguística pós-moderna, em que predomina a concepção de língua como instituição cultural, social, histórica e como atividade cognitiva (Pais, 1999), a abordagem predominante é a da pancronia ampla.

Aplicando-se esse princípio às linguagens de especialidade e à Terminologia, a ciência que as tem como objeto de estudo, justifica-se a análise e descrição da intensa e incessante dinâmica de transposição dos conceitos e respectivos termos, de uma área de especialidade para outra (metaterminologização), destas para a língua comum (vocabularização) e, numa direção contrária, da língua geral para as linguagens de especialidade (terminologização) (Barbosa, 1998), na busca da caracterização de processos de transposição, sua dimensão semântica e pragmática, no registo, enfim, da pancronia do objeto. Pode afirmar-se, mesmo, que a pancronia do objeto, claramente perceptível, conduziu, em nosso tempo, à pancronia de abordagem.

No item anterior, mostramos um campo terminológico *in statu nascendi*. Vamos considerar, aqui, à guisa de exemplificação, uma *transpositio in praesentia*. Verifica-se a transposição de conceito, de semas conceptuais, de termos, em pleno ato de passagem de uma área para outra: exemplo vivo da instauração de um isomorfismo (a mesma forma projetada em substâncias diferentes) entre campos terminológicos de duas áreas bastante distintas — a biotecnologia e a administração empresarial. Observemos o texto:

A EMPRESA TRANSGÊNICA

Projeto genoma corporativo

DEPOIS DE DECIFRADO O CÓDIGO GENÉTICO humano, tem gente por aí querendo entender o genoma empresarial. Trata-se do empresário Láercio Cosentino, presidente da Microsiga, maior empresa brasileira de software. Cosentino está lançando um livro — escrito a seis mãos com seus colegas Ernesto Haberkorn e Fernando Cícero da Silva — no qual explica como a Microsiga, criada em 1983, chegou aonde chegou. Segredo: seus genes.

Os seres humanos têm 32000 genes. As plantas, 25000. E uma empresa? Segundo Cosentino, 20. Eles estão listados, no quadro ao lado. “Todos são essenciais para que uma organização seja bem-sucedida em suas ações”, diz Cosentino. “O genoma empresarial pode ser usado para que uma companhia, ao longo de sua existência, consiga diferenciar-se da concorrência “A regra seria tentar utilizar o maior número de genes, o tempo todo. Nossa experiência provou que usar só alguns genes isoladamente não é garantia de sucesso”, afirma Cosentino.

Os executivos da Microsiga não só definem e divulgam os genes como medem sua utilização — em outras palavras, calculam o que chamam de genoma empresarial. Ele pode ser usado de maneira pontual, para um projeto específico, ou para mensurar a carga genética de toda a corporação. Isso não envolve cálculos complicados — a metodologia, na verdade, é bastante simples o mais difícil é obter as informações corretas e ter acesso ao que realmente acontece na organização para poder fazer as contas.

Imagine que você queira calcular a carga genética de um determinado projeto. O primeiro passo é definir quais genes serão usados. “É claro que o ideal é utilizar o maior número possível de genes”, diz Cosentino. “Mas nem todos serão usados sempre. O gene do pensamento global pode ser desnecessário no desenvolvimento de um processo local, por exemplo”.

DNA

Os genes empresariais, segundo a teoria dos executivos da Microsiga. Combinados, eles garantiriam o sucesso de um negócio.

1. Gene da percepção e da visão	11. Gene da versatilidade
2. Gene da observação e da análise	12. Gene da ousadia
3. Gene da liderança	13. Gene do foco
4. Gene do dinamismo e da execução	14. Gene da habilidade
5. Gene da decisão	15. Gene do relacionamento
6. Gene da oportunidade	16. Gene do espírito de equipe
7. Gene do pioneirismo	17. Gene do respeito à vida e à comunidade
8. Gene da competitividade	18. Gene da disseminação do conhecimento
9. Gene do pensamento global	19. Gene da qualidade de vida, produtos e serviços
10. Gene do pensamento regional	20. Gene da inovação

O segundo passo é calcular sua real utilização — a carga genética de sucesso. Depois que o projeto foi concluído, verifica-se quais genes foram realmente usados e quais não serviram para nada. Voltando ao exemplo hipotético do ponto anterior: se 18 genes foram usados com eficiência, a carga genética de sucesso do projeto foi de 90%.

Com base em análises como essa, a empresa pode agrupar e comparar os resultados de vários projetos para obter a carga genética média de um determinado período. “Assim é possível” avaliar o perfil genético de todos os projetos da empresa diz Cosentino, (op. Cit.) Comparações mensais e anuais também podem ser feitas, com o objetivo de avaliar o sucesso na utilização dos genes a longo prazo.

Assim como a **biotecnologia** pode alterar o material genético de uma pessoa, o **genoma empresarial** também pode ser mudado. “É possível incluir ou excluir determinado

gene ou provocar mutações no decorrer de sua utilização”, diz Cosentino(Op.cit). “Essas manipulações permitem mudar completamente o destino de uma empresa”. Permitem mesmo? Eis uma resposta difícil. Não dá para não dizer que existe algo de óbvio na teoria de Cosentino e seus colegas. Liderança, pioneirismo ou foco, entre outros **conceitos**, são fundamentais para o desempenho de qualquer negócio — sejam eles chamados de genes, valores, diferenciais competitivos ou chuchus. A questão, em qualquer organização, é colocar essas coisas em prática. Cosentino “afirma que, pelo menos na Microsiga, foi justamente essa a grande contribuição na nova teoria genômica”. (Herzog, 2001).

6. Proposta de percurso metodológico para a construção de um conceito.

Analisando os contextos que sustentam e manifestam essa complexa formação — neste caso, contexto constituído de textos de especialistas e da mídia — de que se extraem os traços conceptuais, formadores de um conceito, verifica-se que alguns desses contextos privilegiam o conceito *stricto sensu*, outros, o metaconceito e, outros ainda, o metametaconceito.

ainda, identificar o conjunto dos traços semântico-conceptuais (cf. figura 8), distinguindo os formadores do *conceito stricto sensu*, ou do *metaconceito* ou do *metametaconceito*, relacionando-os, enfim, aos vocábulos/termos que os manifestam.

Assim, por exemplo, no contexto “*O governo tem pressa para esclarecer as dúvidas que envolvem os organismos geneticamente modificados (...). O governo brasileiro está convencido de que precisa passar urgentemente um rolo compressor nas dúvidas sobre os organismos geneticamente modificados (OGMs) no país*”. (Pereira e Aliski, 2000, 044/09/2000: A12) enfatiza-se o *conceito stricto sensu*.

Já os conceitos, “*Americanos aceitam bem os transgênicos. Pesquisa realizada no início de outubro pela GMA – Grocery Manufacturers of America (Manufaturadores de Alimentos da América) mostra que os americanos veem a biotecnologia como fonte de preocupação e que não mudaram seus hábitos alimentares após a introdução de alimentos originários de plantas geneticamente modificadas no mercado. Além disso, a pesquisa também mostra que a maioria dos americanos acredita que a biotecnologia é um meio de melhorar as práticas agrícolas e a qualidade dos alimentos*”. (Correio do Estado, 25/10/2000: 6-A); “*Parece claro, no entanto, que em muitos países o aumento da produtividade acontecerá com o auxílio de recursos biotecnológicos, com a tecnologia de modificação genética (ou tecnologia GM)*” [Informativo do Instituto de Estudos Avançados, outubro-novembro 2000: 1], acentuam o *metaconceito*.

Quanto ao conjunto pleno dos traços semântico-conceptuais, são os que constam da figura 7, anteriormente apresentada.

Importa observar que a configuração do *conceito lato sensu* é um processo anterior ao processo da definição. Constitui ele sua própria forma de conteúdo. Noutras palavras, o *conceito*, conjunto ordenado de traços conceptuais, está contido na *definição*, mas nela adequa-se à estrutura sintático-semântica, sua forma de conteúdo e expressão, requerida por este tipo de discurso parafrástico, em que os traços conceptuais são organizados em forma de frase, ou seja, manifestados como *metatermos*. Ressalte-se, ainda, que em um dicionário terminológico, os dois subconjuntos ideológicos, o de *metaconceito* e o de *metametaconceito*, talvez devam aparecer em notas explicativas, campo previsto na microestrutura dos verbetes de um dicionário terminológico.

7. A formação do *conceito* em discursos de diferentes naturezas.

Como dissemos no item anterior, examinado os contextos que sustentam e manifestam a complexa formação do *conceito*, no caso discurso técnico-científico, contextos

constituídos de textos de especialistas e da mídia, de que se extraem os traços conceptuais, formadores de tal *conceito*, ou no caso do discurso-literário, ou, ainda, no caso de diferentes discursos sociais não-literários, verifica-se, que alguns desses contextos privilegiam o *conceito stricto sensu*, outros o *metaconceito* e, outros, enfim, o *metametaconceito*, sempre numa relação dialética de presentificação dos traços já existentes no sistema e a incorporação de novos traços decorrentes das circunstâncias específicas da enunciação e do enunciado em causa.

Com efeito, em cada universo de discurso o *processo de engendramento do conceito* tem aspectos bastante específicos, que requereriam um exame minucioso, já que esse *processo*, ao lado de outras *marcas*, pode ser um caracterizador importante de universos de discurso, enquanto classes de discurso, ou de discursos manifestados. Desse nodo, o *processo* de neles enfatizar, ou o *conceito stricto sensu*, ou o *metaconceito*, ou o *meta-metaconceito*, bem como o *processo de criação* desses subconjuntos conceptuais, nesses universos, ao longo do percurso realizado pelo enunciador do discurso em questão, nas etapas da enunciação — da cognição à semiose —, constituem diferenciadores relevantes de cada um deles. Apenas esses dois aspectos serão aqui considerados, pois o exame exaustivo de todas as *marcas* dos universos de discurso escaparia aos limites deste artigo.

Antes, porém, parece-nos necessário retomar, neste momento, a concepção de universo de discurso tal como formalizada por PAIS:

Tomando-se a noção matemática de universo, como «conjunto de todas as partes», torna-se possível elaborar uma concepção muito útil, o meta-modelo de universo de discurso. Assim, este pode ser definido como um conjunto não-finito ou que tende *ad infinitum*, de todos os discursos manifestados que apresentam determinadas características e constantes, assim como determinadas coerções, suscetíveis de configurar uma norma [...] A norma discursiva que lhe corresponde, definida por tais características comuns e constantes, bem como por tais coerções, configura, portanto, um conjunto de critérios de equivalência, pelos quais é lícito reunir diferentes discursos manifestados, discursos-ocorrências, numa classe de equivalência discursiva, o universo de discurso considerado. Essa norma é dinâmica, seja porque se reformula continuamente, ao longo do eixo da História, seja porque sofre a interferência de normas de outros universos de discurso. O sujeito falante-ouvinte dela tem ou pode ter uma noção intuitiva, ao passo que, do ângulo científico, assume sempre um valor estatístico (constante em relação a variáveis) e nunca imperativo, já que um único e mesmo discurso manifestado poder pertencer simultaneamente a mais de um universo de discurso, como, por exemplo, o científico/pedagógico. Por outro lado, semelhante norma de universo de discurso compreende, na verdade, uma série de normas frásticas, lexicais, sintáticas,

semântico-sintáticas e, por vezes, fonético-fonológicas, e outras tantas normas transfrásticas, narrativas e discursivas. Relativas à argumentação, à veridicção, à verossimilhança, ou à eficácia e às relações entre estas, às concernentes aos mecanismos de persuasão/interpretação, de manipulação e contramanipulação, a formulações específicas das relações enunciado/enunciação, das relações intersubjetivas e espaço-temporais, como, ainda, as que dizem respeito às modalidades e às modalizações discursivas dominantes, ou às que estariam, em princípio, excluídas, e, enfim, aos processos de produção e sustentação de ideologia próprios aos diferentes universos de discurso. (PAIS, 1984: 44-45).

A essas normas julgamos necessário acrescentar os dois processos acima apontados, ou seja, as normas que se referem, respectivamente, ao processo de criação do conceito, *modus operandi* conceptual (A), instância do discurso em atualização, e ao processo de seleção das pregnâncias, na construção do conceito *latu sensu*, que se concluem, como produto, no discurso realizado (B), não só em discursos técnico-científicos, como também nos discursos literários e em distintos discursos sociais não-literários.

Vale a pena lembrar as palavras de Greimas, no tocante à organização dos discursos figurativos e não figurativos:

“O rápido progresso de nossos conhecimentos sobre a organização dos discursos figurativos (folclore, mitologia, literatura) suscitou esperanças quanto à possibilidade de uma classificação e de uma regulamentação das formas narrativas que dessem lugar a uma gramática e a uma lógica narrativas [...] Reconheceu-se, em seguida, a impossibilidade de construir gramática discursiva que não desse conta, também, dos discursos não figurativos — ou que assim o parecem —, que são os discursos desenvolvidos no vasto domínio das “humanidades”, que desconhecesse os discursos que desenvolvemos nós mesmos em ciências do homem” (Greimas, 1976: 3).

Quanto ao processo de construção de um conceito, *modus operandi* conceptual (A), cabe ressaltar, antes de mais nada, que esse processo pode ser “vertical” — do “fato” para o patamar cognitivo —, ou pode ser desencadeado nas relações sintagmáticas de um discurso manifestado, em que o autor vai pouco a pouco construindo, no seu texto, um conceito qualquer. No segundo processo, a combinatória das palavras-ocorrência vai paulatinamente configurando o recorte conceptual que o autor tem de um ‘fato’. De outro ângulo, tem-se o percurso que toma como ponto de partida o discurso manifestado, para chegar novamente ao nível conceptual, que caracteriza o fazer interpretativo do sujeito enunciatário, ou, noutras palavras, um processo semasiológico, do signo para o conceito, realizado por quem ouve e quem lê; qualifica-se, assim também, o percurso lexicográfico-terminográfico, enquanto processo que parte da manifestação do nível lexicográfico,

com as seleções, restrições e combinatórias sêmicas estabelecidas em discurso, para, num *metadiscurso* igualmente configurado como *fazer interpretativo*, articular semas representados por *metatermos lexemáticos*, operação de que resulta a *definição*.

Ainda na perspectiva do processo (A), deve-se observar que a construção do conceito assume características semânticas, sintáticas, semióticas, pragmáticas diversas, se ocorre nas linguagens de especialidade ou nos discursos literários e ou em outros discursos sociais não-literários: o modo de engendramento de um conceito está, pois, em função do universo de discurso.

Assinalemos, aqui, uma diferença relevante: no discurso científico, sujeito e antissujeito correspondem frequentemente a interlocutores; no discurso literário, sujeito e antissujeito são instalados no texto pelo autor. No discurso científico/tecnológico, o engendramento de um conceito geralmente se dá em relações intertextuais/interdiscursivas de vários pesquisadores, simultaneamente à formulação da teoria que o contém; no discurso literário, uma obra pode ser auto-suficiente, no engendramento de um conceito, numa intertextualidade intra e interdiscursiva. No discurso técnico-científico, teórico e/ou prática, assim como no discurso literário, o engendramento do conceito é sintagmático, narrativo, transfrástico; no discurso terminológico, é eminentemente paradigmático, como processo e produto final, embora resulte de extrações de contextos de natureza transfrástica.

Quanto ao processo de enunciação, é preciso considerar o papel actancial de Sujeito enunciador. No discurso técnico-científico, converte-se num ator individual e/ou coletivo, que sustenta, de toda maneira, a ‘visão de mundo’, os recortes culturais da comunidade científica e da área de especialidade em causa; no discurso literário, temos via de regra, um Sujeito enunciador que se converte, nas estruturas discursivas, em um ator (o autor, por exemplo, ou seu pseudônimo, ou um ator delegado, etc.); no discurso jornalístico e no discurso político, ainda que se manifeste um ator, este remete ao papel actancial de um sujeito enunciador coletivo, na medida em que deve representar aspirações, expectativas, exigências de um partido político, de uma classe social, de um grupo profissional.

Entretanto, nas relações que se estabelecem entre o conceito, no nível semântico-cognitivo, a tematização e a figurativização, no nível semiótico, como também no próprio processo de enunciação residem, quanto ao processo (A), as principais diferenças entre universos de discurso. De maneira geral, um conceito é: convertido, no percurso gerativo da enunciação, em temas, abstratos, e em figuras que dão ‘corpo’, ‘espessura’ à ideia, acentuando seu efeito de sentido de veridicção ou verossimilhança, entendendo-se por tema a semiotização do conceito, por tematização, o processo de construção de ideias abstratas e, por figurativização, o processo de corporificação dessas ideias. Daí resultam as isotopias

temáticas e as isotopias figurativas, enquanto processos de redundância sêmica. Nessas condições, um discurso filosófico, por exemplo, tende a ser mais abstrato, com maior incidência de isotopias temáticas; um texto literário tende a ser mais figurativo, com grande abundância de Isotopias figurativas, embora tais distinções jamais sejam excludentes. Noutras palavras, são efetuados recortes distintos tomando como ponto de partida *conceitos lato sensu*, 'modelos mentais'. Nos discursos político, jornalístico, publicitário, a (re)elaboração de um conceito, no nível semântico-cognitivo, resulta de um trabalho de equipe, na medida em que busca captar e/ou reconstruir o imaginário coletivo da sociedade ou de um segmento social. O sujeito enunciador do discurso político, por exemplo, geralmente não fala em seu próprio nome mas em nome das diretrizes partidárias e dos interesses que esse partido procura defender. Desse modo, o processo de cognição, de contínua reconstrução do saber sobre o mundo assume características específicas, visto que se acha intimamente relacionado ao processo de 'formulação do mundo', de construção da 'visão do mundo' desse grupo, como é o caso, por exemplo, do mundo semioticamente construído pelos grupos políticos que defendem os interesses dos grandes proprietários rurais.

Da mesma forma, distingue-se o engendramento do conceito de medo, quando tratado num discurso científico como o da clínica médica, ou quando é processado numa tragédia, no teatro.

Assim, também, se pode tomar como pontos de partida, na conceptualização, os conceitos de amor, morte, felicidade/infelicidade, possibilidade/impossibilidade e conduzir à sua conversão em tema, no nível semiótico, chegando a "amor impossível". Desse ângulo, é legítimo relacionar Romeu e Julieta e Orfeu Negro. No entanto, diferenciam-se claramente, no que tange à figurativização, à espacialização, à temporalização, nas estruturas discursivas. Isso nos autoriza a propor o seguinte esquema:

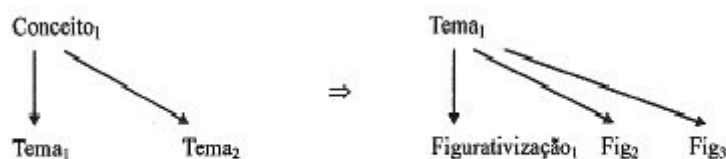


FIGURA 10 – Do conceito e sua semiotização

Isto significa que, no percurso que vai da conceptualização à semiotização houve uma *seleção* de traços semântico-conceptuais e o correspondente recorte do recorte cultural pré-existente, *em função* das *constantes* e *coerções* características de universos de discurso. Noutros termos, as *pregnâncias* são redirecionadas.

Essa dominância de alguns elementos do *conceito* sobre outros constitui uma “escolha” do Sujeito enunciador no processo de enunciação. Um dos aspectos que caracteriza a especificidade da cognição, em diferentes universos de discurso, são as distintas pregnâncias de m mesmo ‘fato’: cada universo de discurso apreende e reelabora certos traços semântico-conceptuais, deixando outros traços latentes. Conseqüentemente, o *conceito* vai ser tematizado e figurativizado, no nível semiótico, de acordo com as pregnâncias do Sujeito enunciador.

Quanto aos subconjuntos conceptuais suscetíveis de ênfase nos diferentes discursos, processo (B), diríamos que o discurso técnico-científico *tende* a privilegiar o *conceptus stricto sensu* — subconjunto dos traços que servem à conceptualização da semiótica natural — e, ainda, nos discursos que circulam na comunidade científica internacional, o *arquiconceptus*, multilíngue e multicultural. O discurso literário *tende* a dar ênfase ao *metaconceptus* — subconjunto dos traços semântico-conceptuais culturais, produzindo simultaneamente, uma modificação do recorte cultural, própria de uma reconstrução particular do mundo semioticamente construído. O discurso político e o discurso jornalístico, por exemplo, *tendem* a destacar o *metametaconceptus*, subconjunto dos traços modalizadores, manipulatórios, em busca de eficácia discursiva. Esquemáticamente, temos:

Universo de Discurso	<i>Modus operandi</i> conceptual	Tendência à dominância de subconjuntos conceptuais
Discurso terminológico	eminente e paradigmático	<i>conceptus stricto sensu</i> <i>arquiconceptus</i>
Discurso técnico-científico	paradigmático-sintagmático	<i>conceptus stricto sensu</i> <i>arquiconceptus</i>
Discurso literário	eminente e sintagmático	<i>metaconceptus</i>
Outros Discursos sociais não-literários	eminente e sintagmático	<i>metametaconceptus</i>

Figura 11: Tendências de conceptualização

8. Semiotização e contextualização do conceito.

O quarto momento do percurso gerativo da enunciação de codificação é o da *lexemização*, que corresponde à conversão do *conceito* em *grandeza-signo*, *função semiótica* e/ou *funções metassemióticas*, ou seja, à passagem de nível cognitivo para o nível semiótico,

à configuração do conceito em significação, precedente à sua atualização num discurso concretamente realizado.

Impõem-se, aqui, algumas observações. No processo de conversão do *conceito lato sensu* em unidade lexical, os três subconjuntos do primeiro — *arquiconceptus*, *metaconceptus*, *metametaconceptus* —, transformados em semas linguísticos, passam a constituir o semema dessa unidade lexical, o qual, em nível de sistema, caracteriza-se como polisêmico e, muitas vezes, *polissemêmico*, ou seja, o *sobressema*, não só por conter os traços semânticos dos três subconjuntos citados, mas também por conter, eventualmente, traços semânticos de outros *conceitos lato sensu*. É o caso, por exemplo, da unidade lexical *peça* considerada em nível de sistema.

Por outro lado, um conceito pode ser representado, nessa instância de semiotização, por uma ou várias unidades lexicais, respectivamente, campos lexicais unitário ou múltiplo, num mesmo texto ou em textos distintos.

De outro ângulo, uma unidade lexical pode integrar vários campos lexicais, em nível de sistema e de discurso, em função dos recortes que sustenta e da rede de relações que se estabelecem entre conceitos afins, no diferentes universos de discurso. Assim, por exemplo, *liberdade* pertence a um campo semântico do discurso político, na expressão *liberdade, igualdade, fraternidade* e pertence ao discurso publicitário na expressão “*you have more freedom using the credit card x...*”. No primeiro caso, liga-se aos conceitos de ideal de democracia e Estado de Direito, no segundo caso, ao conceito de poder aquisitivo.

Observemos, ainda, que esses processos se realizam com qualquer tipo de unidades lexicais — simples, compostas, complexa, textuais —, que, nesse nível de sistema, integram a *instância de competência* que precede e autoriza a sua atualização num discurso manifestado.

No processo de contextualização, tem-se um *epissema* (simultaneamente, com a redução dos semas do *sobressememas*, ou seja, a seleção determinada por uma situação de discurso e de enunciação, e o acréscimo de semas do contexto, na combinatória sintagmática), de que resulta a *semiose*. Neste nível, as unidades lexicais do discurso manifestado que representam o mesmo *conceito lato sensu* podem ocorrer como função semiótica, ou como metasemióticas *lato sensu*.

É imprescindível não confundir, mas distinguir, com toda a clareza, de um lado, as relações que se estabelecem entre subconjuntos de traços semântico-conceptuais do *conceito lato sensu*, que se situam no *nível semântico-cognitivo, relações intra e*

interconceptuais, e, de outro lado, as *relações de significação*, que se estabelecem, por sua vez, *no nível semiótico*, entre *denotação* (grandeza-signo, ERC), conotação (metáfora, metonímia, (ERC)RC) e *metasemiótica propriamente dita*, ER(ERC)).

Cremos não ser demais, repetir que o signo-ocorrência pode atualizar um ou outro subconjunto, ou mesmo os três subconjuntos do *conceptus lato sensu*, sem estar em função conotativa ou metasemiótica propriamente dita. Aqui a relação que se estabelece é entre conceito-signo. Já os signos-ocorrência podem estar em *função denotativa, conotativa, metasemiótica*, no que se refere aos signos que lhes serviram, de base. Nesse caso, a relação que estabelece é entre signo-signo, entre função semiótica- função semiótica.

Assim, por exemplo, ciência e competência têm um significado, como *vocábulos*, na linguagem banal, são *termos* em epistemologia e *metatermos* no octógono semiótico elaborado por PAIS (1993: 617).

9. Conclusão

Constatamos a diversidade organizacional do *conceito*, com seus sucessivos conjuntos de traços caracterizadores — dos biológicos aos ideológicos —, bem como a existência do processo de neutralização, também no plano conceptual, de que resulta o *arquiconceito*. Pudemos construir modelos que permitissem a descrição dos *campos conceptuais unitário e múltiplo*, de seus respectivos arquiconceito e metaconceitos, numa perspectiva mono e plurilíngua. Pudemos, também, propor metodologia de engendramento de conceitos no domínio terminológico. O modelo foi aplicado à análise da formação do *conceito* correspondente ao termo *transgênico*, apresentando resultados bastante satisfatórios. Mostramos não só a configuração conceptual, cada vez mais nítida e precisa, de transgênico, como também o seu respectivo campo terminológico, *in statu nascendi*. Mostramos, ainda, numa abordagem pancrônica, a transposição do conceito/termo, da área de biotecnologia para a área da administração empresarial, a fim de ressaltar a natureza multifuncional de *conceitos, campos conceptuais, campos lexicais, campos terminológicos*.

Observamos, também, aspectos relevantes concernentes ao *modus operandi* conceptual e ao direcionamento das *pregnâncias*, como possíveis caracterizadores, dentre outros, de linguagem de especialidade, de discursos literários e de discursos sociais não-literários.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Maria Aparecida. Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: relações. *Acta Semiotica et Lingvistica*. São Paulo, V.7, p.25-44, 1998^a

_____. Paradigmas de criatividade léxica. *Homage à Simone Saillard. Testures. Cahiers du CEMIA*. Lyon, Département de Langues Romanes de l'Université Lumière Lyon 2, p.385-405, 1998b.

_____. Campo conceptual e campo lexical dos termos globalização e mundialização: relações. *Revista brasileira de linguística*. São Paulo, v. 10 P 29-52, 1999.

_____. Estruturas e tipologia dos campos conceptuais, campos semânticos e campos lexicais. *Acta Semiotica et Lingvistica*. São Paulo, v. 8, p. 95-120, 2000.

BÉJOINT, Henri., THOIRON, Phillippe ed al. Notion d' "archiconcept" et dé- nontination. *Meta. Journal des Traducteurs*. Montréal, P'resses del'Université de Montréal, p. 512-523, 1996.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antartida/Empuries, 1993.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica do discurso científico. Da modalidade*. Tradução de Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: DIFEL-SBPL 1976.

HARRIS, J.P. O que você deve saber sobre os transgênicos. *Seleções*. Rio, The Reader's Diget, p. 101-105, outubro de 2000.

HERZOG, Ana Luiza. A empresa Transgênica. Projeto Genoma Corporativo. *Revista Exame*. São Paulo: Ed. Abril, p. 125 e 126, 16 de maio de 2001.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo. Perspectiva, 1975.

PAIS, Cidmar Teodoro. Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso. *Revista brasileira de linguística*. São Paulo, v. 7, p. 43-65, 1984.

_____. *Conditions semântico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systématique, lexicale et discursive*. These de Doctorat d'Etat és-Let- tres et Sciences Humaines. Paris/Lille: Université de Paris-IV, ANRT, 1993.

_____ *Conceptualisation, dénomination, désignation, référence: réflexions à propos de l'éricionciation et du savoir sur le monde. Homage à Simone Snillard Textures. Cahiers du C.E.M.I.A. Lyon, Université Lumière Lyon 2, p.271-311, 1998.*

_____ Semântica cognitiva, noêmica, semântica lexical e semiótica das culturas. SILVA, DinoráFragada. eVIEIRA, Renata. (Orgs)— *Ciências cognitivas em semiótica e comunicação*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, p. 13-50, 1999.

PEREIRA, P. eALISKI, A. Campanha para promover os transgênicos. In *Gazeta Mercantil*. São Paulo, pág. A-12, 04/09/2000.

POTTIER, Bernard. *Théorie et analyse en linguistique. 2 éd. Paris: Hachette. 1991. Sémantique générale*. Paris: P.U.F., 1992.

RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives*. Paris: PUF, 1991.

_____ Para uma poética generalizada. Tradução de C. T. Pais. *Acta Semiotica et Linguistica*. São Paulo, v.8, p. 445-470, 2000.

EDITORIAL. Americanos aceitam bemostransgenicos. *Correi do Estado, Cam- po Grande*: 6-A; 25/10/2000.

EDITORIAL. Recomendações sobre os transgênicos. *Informativo do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*. São Paulo, ano XII, p. 1, outubro/novembro 2000.